

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019193-208>

## OS ATAQUES ÀS UNIVERSIDADES E A DEFESA DA EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA DE SENTIDOS EM DIFERENTES POSIÇÕES-SUJEITOS ATTACKS ON UNIVERSITIES AND THE DEFENSE OF EDUCATION: A PATH OF SENSE IN DIFFERENT POSITIONS-SUBJECTS

Helson Flávio da Silva Sobrinho\*

Ana Paula Santos de Oliveira\*\*

Simone Natividade Santos\*\*\*

**Resumo:** A partir da perspectiva da Análise do Discurso (AD), na linha de Michel Pêcheux, analisamos os discursos presentes nas manifestações de maio de 2019, que tratam da defesa das universidades públicas e se posicionam contrariamente aos ataques do governo de Jair Bolsonaro. Nosso percurso analítico parte das condições de produção históricas de tal discursividade e chega às materialidades discursivas com o objetivo de compreender os gestos de interpretação a partir do enunciado “Em defesa da educação”. Como resultado, encontramos um discurso que se contrapõe à política de cortes do Governo Federal, enfrentando a questão por meio de manifestações que polemizam os dizeres e, sobretudo, desvelam as posições-sujeitos contraditórias e os interesses ideológicos em jogo.

**Palavras-chave:** Discurso. Universidade. Educação. Ataque. Defesa.

**Abstract:** From the perspective of Discourse Analysis (AD), in line with Michel Pêcheux, we analyze the speeches present in the demonstrations of May 2019, which deal with the defense of public universities and against attacks by the government of Jair Bolsonaro. Our analytical course starts from the historical conditions of production of such discursivity, arrives at the discursive materialities in order to understand the gestures of interpretation from the statement “In defense of education”. As result, we find a discourse that opposes the Federal Government’s policy of cuts, addressing the issue through manifestations that polemicise the sayings and, above all, reveal the contradictory subject-positions and ideological interests at stake.

**Keywords:** Discourse. University. Education. Attack; Defense.

**Recebido em: 08/10/2019. Aprovado em: 31/10/2019.**

### INTRODUÇÃO

A educação pública no Brasil é um complexo cuja compreensão exige levar em consideração a totalidade das relações políticas e econômicas aí constituídas pela determinação do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, em termos discursivos,

---

\* Sociólogo, professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: helsonf@gmail.com

\*\* Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: virtual.ana@gmail.com.

\*\*\* Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Alagoas (UFAL). E-mail: sysyufal\_sp@hotmail.com

pode-se dizer que a crise que atravessa a educação brasileira, em especial a educação superior, atualiza memórias cuja rede de sentidos é agitada a cada mudança no quadro político e econômico do país, pois tem a ver com determinados projetos de sociedade em disputa numa conjuntura histórica.

Para analisar a atual situação da educação superior no Brasil, agravada pela face mais dura da política do Estado mínimo, que ganhou terreno após a destituição de Dilma Rousseff da presidência, em 2016, é necessário considerar que o Brasil é um país constituído por contradições produzidas pelo sistema capitalista. Assim, se, por um lado, o Estado brasileiro afirma “garantir” o acesso universal e a gratuidade do ensino público, como preceitua a Constituição Federal de 1988, por outro lado, não dá condições para uma educação plena, que alcance todos os sujeitos. No caso da educação superior, apesar da expansão verificada na última década com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), ainda se vê impossibilitada de aumentar o número de matrículas, visto que continua a manter um modelo de exame competitivo e injusto para o seu ingresso, mascarado de meritocracia.

Podemos arriscar dizer que essa condição imposta à educação superior explica, de certo modo, a inexistência de forte adesão popular na defesa das universidades públicas, pois seu acesso ainda é restrito. Como efeito que tem raízes nos interesses do grande capital, materializam-se discursos a favor de cortes financeiros, de reformas e privatizações das universidades, sob promessas de progresso econômico para o país – tão recorrentes em nossa história. É o funcionamento da ideologia dominante nessa discursividade, que, dissimulando sua existência, produz evidências constitutivas dos sujeitos e dos sentidos, e, assim, silencia-se o real caráter das “mudanças” decorrentes da atual crise estrutural do capital. Como aponta Orlandi (2002, p. 76), “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’. É o não-dito necessariamente excluído”, que, a nosso ver, está funcionando nessa discursividade.

Partindo do princípio de que todo discurso é produto de condições de produção (materiais e ideológicas) determinadas, o presente artigo busca desvelar os efeitos de sentidos em torno do enunciado EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, que circulou em protestos e manifestações no quinto mês do (des)governo do presidente Jair Bolsonaro<sup>1</sup>.

Em tais discursos, é possível verificar a forte divisão política que atravessa o Brasil nos últimos cinco anos, convertida em posições-sujeitos que estão inseridas na contradição econômica e política que as engendrou e as mantém<sup>2</sup>. Essa divisão se deu a ver nas manifestações de maio de 2019. De um lado, os bolsonaristas, produto da atual onda conservadora mundial, ligada à extrema direita, com interesses e práticas neoliberais de Estado mínimo; de outro, a direita progressista e/ou a centro-esquerda, defensoras do Estado democrático e da garantia do acesso à educação como forma de desenvolvimento social e econômico. Trata-se, então, de posições-sujeitos (ideológicas) distintas e contraditórias.

<sup>1</sup> Ao dizer “(des)governo” estamos fazendo trabalhar os sentidos, problematizando o gesto de interpretação, questionando o que é um governo, quais são os projetos políticos, sociais e econômicos que estão sendo postos em prática e quais os desdobramentos dessas práticas na sociedade civil.

<sup>2</sup> A nosso ver, a política é uma práxis inscrita na totalidade da sociedade, pondo em marcha o mundo fenomênico social como um campo de mudança, desencadeada pelo desenvolvimento socioeconômico, seja conservando, seja destruindo o existente (LUKÁCS, 2013).

No presente estudo, propomo-nos analisar os discursos sobre a educação que se fizeram presentes nos protestos e manifestações de maio de 2019. Para isso, mobilizamos as categorias teóricas e metodológicas da Análise de Discurso (AD) na linha de Michel Pêcheux, que tem o discurso como objeto sócio-histórico e parte do princípio de que os sujeitos são interpelados pela ideologia, tomam posições na discursividade, e que o sentido tem caráter material, pois “só pode ser efetivamente compreendido como mediação no processo de reprodução social de uma determinada sociabilidade. Fora disso, não há discurso, não há sentido” (SILVA SOBRINHO, 2018a, p. 75), de modo que os chamados espaços de produção e de difusão científica, como as universidades, não estão incólumes às determinações sócio-históricas que os constituem.

## O DISCURSO SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E O CERCEAMENTO DA LIBERDADE

Falar sobre a universidade é também tratar de produção do conhecimento em determinada sociedade. Nossa posição é que a produção do conhecimento como práxis dos sujeitos em sociedade deve ser sempre crítica e libertadora. No entanto, o modo como se tem acesso ao saber, como ele é produzido e como ele circula ou é utilizado nas práticas sociais, tem a ver com as condições de produção e interesses em jogo numa determinada conjuntura histórica.

Conforme Cavalcante (2007, p.121),

Não há prática educativa sem objetivos, pois eles explicitam os propósitos educacionais, ou seja, orientam as “ações pedagógicas” para uma direção – para a conservação ou para a transformação. Explicitam, pois, as finalidades da educação, em face das exigências postas pela sociedade, além de refletir as opções políticas e pedagógicas dos agentes educativos.

Desse modo, para compreender os efeitos de sentido das materialidades discursivas que iremos analisar mais à frente, é preciso acompanhar alguns trajetos dos processos políticos e econômicos que nos levaram à situação atual de crise na educação, de modo geral, e nas universidades, em específico.

Assim, num recorte histórico, iniciemos ressaltando a existência da crise econômica mundial que vem se alastrando desde 2008, com aumento do desemprego, falência de empresas e queda da taxa de lucro, e também a crise política brasileira nos últimos anos. Mais especificamente, retomemos o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Eleita democraticamente em 2014, a presidenta Dilma foi deposta do poder em 2016 por um golpe de Estado. Por conseguinte, “assumiu” o governo o seu vice, Michel Temer, que se encarregou de propor determinadas “reformas”, a saber: a do Ensino Médio, a “reforma” trabalhista, a PEC 55 (do teto dos gastos públicos), que limitou recursos para a educação e a saúde, e, por fim, a proposta da “reforma” da previdência, que não vigorou e foi deixada para seu sucessor.

Numa disputa eleitoral polêmica e violenta sustentada por *fake news*, Jair Bolsonaro venceu as eleições em 2018, assumindo o poder em janeiro de 2019. Desde então, a educação, especialmente a universidade pública, vem sendo fortemente atacada em sua autonomia.

É preciso lembrar que a universidade é responsável pela produção de conhecimento em todas as instâncias; inclusive, produz saber no âmbito do político. Podemos destacar como exemplo de funcionamento desse espaço de reflexão crítica e libertadora a criação, em 2018, em algumas universidades brasileiras, de cursos sobre o golpe de 2016, que se espalharam por diversas universidades do país<sup>3</sup>. O formato de cursos livres foi essencial para compreender a gênese do golpe, quais disputas políticas estavam em jogo e também quem eram os atores envolvidos.

Krawczyk e Lombardi (2018, p. 2) se referem ao golpe de 2016 como “golpichment jurídico-parlamentar-midiático”. Com isso, explicitam a relação intrínseca entre os aparelhos ideológicos do Estado e a crise do capital. Podemos dizer que, nesse contexto, os cursos livres produzidos pelas universidades representavam formas de reflexão crítica sobre as práticas políticas, ou seja, estamos falando do exercício de “autonomia e liberdade para pensar, debater e confrontar diferentes visões, métodos e teorias, sem as quais nenhum conhecimento novo se produz, nenhuma revolução filosófica, científica e artística seria possível”.

Em fevereiro de 2018, o então Ministro da Educação do governo Temer, Mendonça Filho, anunciou um processo no Ministério Público Federal (MPF) contra o curso “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, a ser ofertado pela Universidade de Brasília (UnB). O ministro anunciou ainda que a Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) seriam acionados para comprovar a ocorrência de improbidade administrativa pelos organizadores do curso. Em nota divulgada pelo MEC, os acadêmicos foram acusados de fazer “proselitismo político e ideológico de uma corrente política, usando uma instituição pública de ensino” (GÓIS, 2018, s/p).

Após a ameaça do ministro, desencadeou-se uma onda de solidariedade à UnB, com a participação de cerca de 50 universidades e instituições de ensino superior do Brasil, além de sindicatos e de organismos internacionais, em defesa da autonomia das universidades. Por fim, em 27 de abril de 2018, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão oficial do MPF, pronunciou-se, diante das representações de militantes do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Projeto Escola Sem Partido, que questionaram a constitucionalidade do curso. Em seu parecer, a Procuradoria observa que

cercear a discussão de determinados assuntos, no ambiente escolar, afeta a gestão democrática do ensino público, além de contrariar os princípios constitucionais conformadores da educação brasileira – dentre os quais, as liberdades constitucionais de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, assim como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (MPF, 2019, *on-line*).

A abordagem desses cursos no âmbito das universidades públicas gerou polêmicas e hostilidades, sobretudo de grupos conservadores da direita, que definem o acontecimento de 2016 como *impeachment*, e não como golpe<sup>4</sup>. Propagar a sua

<sup>3</sup> Os cursos tratavam dos seguintes temas: “A crise no Brasil e na América Latina”, “Do golpe de 2016 à prisão de Lula: aspectos jurídicos e políticos”, “Operadores do golpe: papel da mídia”, “Impactos do golpe na economia, na educação e relações sociais”, “Golpe e democracia” e “O golpe na educação”.

<sup>4</sup> Sobre o *impeachment*/golpe ver SILVA SOBRINHO (2018b, p. 596): “Estamos aqui trabalhando na contradição do discurso. Não se trata de um processo lógico-linguístico (ou *impeachment* ou golpe), mas

veracidade resultou numa atitude audaciosa, uma vez que tocou em particularidades por vezes silenciadas e que merecem ser debatidas e desmistificadas, a fim de desconstruir discursos que reproduzem uma espécie de ficção dos fatos sobre um capítulo histórico de um Brasil de *golpichment*, de prenúncios de um período de transições e desconstruções, alimentando uma direita devastadora.

Em nossa análise, consideramos a onda conservadora que ressurge com força no Estado burguês inerente à crise estrutural do capital. Segundo Mészáros (2011, p. 121), o Estado, ao “articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias”, pode assumir diversas formas “legais” e políticas, adequando-se a circunstâncias históricas específicas, e deixar de cumprir funções quando a hegemonia socioeconômica é ameaçada.

Logo, um modelo político liberal-democrático pode assumir a forma ditatorial de legislação e dominação política, podendo o Estado avançar e recuar nessa direção, como nos casos da Alemanha de Hitler e do Chile pós-Pinochet, que mantiveram a formação socioeconômica dos regimes anteriores, em meio a mudanças no complexo jurídico e político. Essa mudança seria inviável se o Estado fosse só uma superestrutura, segundo Mészáros (2011).

O encadeamento político-econômico vinculado ao golpe de 2016 desembocou, além de desmontes revestidos de “reformas”, também em cortes de verbas das universidades e censuras à prática docente, registrando-se, inclusive, fugas de pesquisadores brasileiros para o exterior.

Nesse cenário, os sentidos dominantes que circulam sobre a educação compactuam com a conservação de um sistema vigente que não deseja a transformação social, mas a manutenção do *status quo* da sociedade capitalista. Nesse sentido, as universidades são significadas como campo de ameaças ao poder dominante, formada por professores “perigosos”, tidos como “doutrinadores”; há ainda dizeres que afirmam que na universidade “só tem comunista”, que a “esquerda tomou conta da universidade”, que esta “não cumpre sua função social” etc. Trata-se de dizeres que no jogo das formações imaginárias, como diria Pêcheux (1997), nos mecanismos das formações sociais em suas regras de projeção que estabelecem relações entre as situações e os lugares e as posições no discurso, têm beirado o completo “delírio”, gerando uma atmosfera caótica e perturbadora nas práticas de produção do conhecimento.

No entanto, não podemos ficar no fenomênico, pois tudo isso tem um propósito certo, como aponta Orso (2017), a saber, a volta da exclusividade do ensino superior para a classe privilegiada e, podemos acrescentar ainda, a submissão das pesquisas aos interesses do capital. Em consequência, sobram para a classe trabalhadora, quando muito, os cursos técnicos e seu “adestramento” para o trabalho longe das universidades.

Em tempos de obscurantismo, de panorama intimidador, a universidade é ameaçada, sucateada, violentada, ultrajada e censurada<sup>5</sup>. A nosso ver, um governo que

---

sim das determinações históricas dos sentidos e dos sujeitos em suas condições materiais de reprodução/transformação [...]. Assim, é preciso considerar que tanto a palavra Golpe como a palavra *Impeachment* estão essencialmente marcadas, em seu caráter material linguístico-histórico, por sentidos controversos e posições-sujeito antagônicas inconciliáveis”.

<sup>5</sup> Entendemos censura assim como Orlandi (2002): política do silêncio, clivagem de sentidos, ou ainda, uma prática histórica que proíbe dizer determinadas palavras para não produzir determinados sentidos. “A



cerceia a universidade, silencia sujeitos e controla sentidos, cria obstáculos para a transformação social. Assim, temos nos deparado com práticas discursivas que produzem sentidos diversos sobre a universidade – de opressão, mas também de resistência.

Analisaremos a seguir esses efeitos de sentido nas práticas discursivas em defesa da educação.

## OS EFEITOS DE SENTIDOS NAS MANIFESTAÇÕES DE MAIO DE 2019

Como resposta aos cortes na educação básica e superior e aos congelamentos nas áreas de desenvolvimento de ciência e tecnologia autorizados pelo ministro Abraham Weintraub<sup>6</sup>, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e diversos sindicatos e associações docentes, entre outras organizações, convocaram a população para participar de duas manifestações em prol da educação pública, nos dias 15 e 30 de maio de 2019, nomeando-as de Dia Nacional em Defesa da Educação.

Anunciado no quarto mês do mandato do presidente Jair Bolsonaro, o bloqueio/corte de 30% na verba das Universidades e dos Institutos Federais evidenciou o desinteresse do governo pela educação pública, de um governo, aliás, que foi eleito com base na crítica à liberdade de cátedra dos professores e na disseminação de *fake news* que buscavam colocar a massa, potencial eleitor, contra os profissionais da ciência e da educação<sup>7</sup>.

A amplitude dessas questões avassaladoras pode ser vista nos dizeres do ministro Weintraub, que afirmou: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”<sup>8</sup> (grifo nosso). Em seguida, cortou 30% do orçamento da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), acusando-as de promoverem “bagunça” e “eventos ridículos” com “sem-terra” e “pessoas peladas” dentro dos *campi*. Esse discurso causou polêmica e contradiscursos. Em consequência, o corte se estendeu a todas as Universidades e Institutos Federais do Brasil, passando a ser chamado de “contingenciamento”<sup>9</sup>.

---

censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de uma forma localizada, o que, do dizível, **não** deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala”. (ORLANDI, 2002, p. 79).

<sup>6</sup>Abraham Weintraub foi o segundo ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro. O primeiro foi o também polêmico Ricardo Vélez Rodríguez, que quis revisar os livros didáticos para afirmar que em 1964 não houve “golpe”, encaminhou ofícios às escolas solicitando que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional e, além disso, enfatizou que a “universidade não é para todos”, mas “somente para algumas pessoas”.

<sup>7</sup>“A cultura do ódio e da violência tem sido a principal marca da campanha à Presidência de Jair Bolsonaro. O culto à violência e os ataques às minorias sociais, étnicas e de gênero tem omitido outro alvo preferencial da família Bolsonaro: os professores. Desde 2014, o clã bolsonarista apadrinhou os projetos de lei ‘Escola Sem Partido’, com o pretexto de combater uma pretensa doutrinação marxista, e a ‘ideologia de gênero’ nas escolas. Ao abraçar essa proposta, Bolsonaro e seus filhos elegeram os professores como os verdadeiros culpados pelo fracasso do sistema educacional brasileiro”. (BEMVINDO, 2018, Jornal Brasil de Fato-online).

<sup>8</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>. Acesso em: 21 set. 2019.

<sup>9</sup> Em um vídeo transmitido ao vivo pelo *Facebook*, o ministro da Educação usou chocolates para explicar “simplesmente” o “contingenciamento”, dizendo que não é “corte”, mas sim “contingenciamento” dos

Os efeitos de sentidos que atravessam os discursos que circularam nas manifestações de maio de 2019 nos movem entre posições-sujeito contraditórias que, por um lado, ao repudiar a decisão do governo de cortar as verbas das Universidades e Institutos Federais, conclamam, por outro lado, o Estado (burguês) a continuar a investir em educação e em pesquisa, ao tempo que apagam a relação intrínseca entre Estado e governo em prol da manutenção das contradições do modo de produção capitalista, das quais decorre a dificuldade no acesso ao ensino superior e outros dilemas, também contundentes, das universidades públicas.

Segundo Silva Sobrinho (2018b, p.611), para entender essa contradição

Devemos considerar que a universidade está inserida no processo histórico, ou seja, possui caráter material e se entrelaça às polêmicas e práticas que movem, dialeticamente, a sociedade brasileira em seu processo histórico. Podemos dizer, por um lado, que a universidade também está sob o efeito da lógica do capital, e, por outro, é lugar de resistência e revolta.

Em 15 de maio, estudantes e educadores, professores e pesquisadores foram às ruas de várias cidades do Brasil. Entre os acontecimentos que marcaram esse dia, tomaremos como materialidade discursiva uma faixa com fundo negro, na qual estava escrita, em letras brancas, o seguinte enunciado: EM DEFESA DA EDUCAÇÃO. A faixa estava posta na entrada do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR)<sup>10</sup>, em Curitiba.

SD1 – EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

### Foto divulgação/UFPR.



Fonte: divulgação/UFPR. Disponível em: <https://bandnewsfmc Curitiba.com/estudantes-se-unem-para-colocar-nova-faixa-na-ufpr-em-favor-da-educacao>. Acesso em: 5 jul. 2019.

recursos das universidades federais: “deixa pra comer os três chocolatinhos e meio em setembro”. Trata-se do efeito da ilusão do sujeito de tentar controlar os sentidos na práxis sócio-histórica. Vale ressaltar que, para a Análise do Discurso, o sentido se produz na tensão da historicidade, na posição-sujeito, na relação com a memória e possui caráter material.

<sup>10</sup> Esse enunciado “EM DEFESA DA EDUCAÇÃO” se fez presente em praticamente todas as manifestações espalhadas pelo Brasil. Muitas universidades também estamparam dizeres como “Universidade X, eu defendo!”.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da; OLIVEIRA Ana Paula Santos de; SANTOS Simone Natividade. Os ataques às universidades e a defesa da educação: trajetória de sentidos em diferentes posições-sujeitos. **Crítica Cultural** – Critic, Palhoça, SC, v. 14, n. 2, p. 193-208, jul./dez. 2019.

A sequência traz como destaque uma discursividade que, se desconsiderarmos a sua posição-sujeito, encaixa-se tanto em Formações Discursivas (FDs)<sup>11</sup> conflituosas quanto em FDs relativamente harmoniosas, no sentido de que, se, por um lado, a educação é entendida como um aparelho ideológico através do qual “mentes” são treinadas para servir ao sistema capitalista, de outro, ela possibilita alcançar a consciência de classe, imprescindível à transformação social. Como sabemos, todo dizer é aberto, pois deriva para outros discursos, outros sentidos possíveis, sendo o texto “um bólido de sentidos”, visto que “‘parte’ em inúmeras direções, em múltiplos planos significativos”, conforme Orlandi (2012, p. 14). No entanto, não é porque é aberto que o processo de significação não é administrado, daí sua determinação histórica, seu caráter material. O dizer da faixa, contraditoriamente, tanto possibilita a movimentação como o trabalho de estabilização do discurso. Desse modo, a faixa traz outras pistas, materializadas em outras três sequências discursivas (SD), apresentadas abaixo do enunciado EM DEFESA DA EDUCAÇÃO:

SD2 – OrgulhoDeSerUFPR

SD3 – #Universidade Pública

SD4 – #Eu defendo

Partindo das condições de produção desse discurso, podemos compreender que a faixa assume caráter contestador, pois vai de encontro à decisão do Governo Federal de bloquear verbas das universidades públicas federais. Nessa perspectiva, temos uma posição-sujeito que se opõe à posição do governo de Jair Bolsonaro. Contudo, é preciso destacar que esse discurso tem seus limites, pois não se reivindica uma “transformação” do funcionamento da universidade, mas sim a sua defesa (SD1), que é materializada em forma de hashtag (#), demarcando-se o atual estágio tecnológico e o “orgulho” de ser uma universidade pública.

Esses enunciados implicam vários funcionamentos e produção de sentidos, pois a palavra “defesa” remete à guerra, e, por isso, remete a formas de proteção de determinadas ofensivas, no caso, os ataques do Governo Federal contra as universidades. O efeito de sentido vincula-se também aos sentidos de proteção (proteger o que está em perigo), que demanda do sujeito uma prática enunciativa que assume uma posição bem demarcada: “eu defendo”. Por outro lado, também podemos pensar em medidas de proteção que tendem à resistência, tendo em vista que pode deslocar da simples “guarda” (defesa) para os sentidos mais concretos de “luta”, confronto, que, por sua vez, necessita de novas ações para alcançar o patamar da transformação, no sentido revolucionário. Trata-se, para nós, de uma prática discursiva; de um trabalho dos sentidos sobre os sentidos, de discursos contra outros discursos em diferentes e contraditórias posições-sujeito<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> A categoria Formação Discursiva é compreendida em Análise do Discurso como regionalizações do interdiscurso (já-dito) e que, articulada às Formações ideológicas, numa conjuntura histórica dada, determina o que deve e o que não deve ser dito.

<sup>12</sup> Vale citar também a interpretação do presidente Bolsonaro sobre os protestos do dia 15 de maio: “É natural, mas a maioria é militante. Se você perguntar a fórmula da água, não sabem, não sabem nada. São uns idiotas úteis sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo das universidades federais no Brasil”. Disponível em: <https://bit.ly/2rmhsXh>. Acesso em: 27 nov.2019. Não nos deteremos na análise dessa materialidade discursiva; deixaremos que o/a leitor/a tire suas próprias conclusões sobre a posição-sujeito (presidente), sempre ideológica, e interroge a interpretação em pauta.



Além desse recorte da discursividade, outro ato político, ou ainda, outro gesto como ato no nível do simbólico, como diria Pêcheux (1997, p. 78), desafia nossa reflexão. Trata-se da violenta retirada da faixa acima por manifestantes (bolsonaristas)<sup>13</sup> em “defesa” do governo, em 26 de maio de 2019. A faixa com o enunciado EM DEFESA DA EDUCAÇÃO foi bruscamente retirada sob os aplausos de bolsonaristas que participaram de ato em prol do governo, da “reforma” da Previdência e do “pacote” anticrime apresentado por seu Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Na ocasião, o reitor da UFPR, Ricardo Marcelo Fonseca, definiu a ação como “inacreditável” em sua conta no *Twitter*. Em meio à fúria bolsonarista, jornalistas que cobriam a retirada da faixa foram agredidos de forma verbal e até fisicamente, sendo classificados pejorativamente de “comunistas”, num ataque também à liberdade de imprensa.

**Foto: Franklin de Freitas/Estadão Conteúdo**



Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-bolsonaristas-retiram-faixa-em-defesa-da-educacao-em-predio-da-ufpr/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Circularam nas redes sociais vários vídeos dos manifestantes bolsonaristas festejando a retirada da faixa EM DEFESA DA EDUCAÇÃO. Analisaremos apenas a fala de um manifestante, visto que ela permitirá aprofundar nossa reflexão crítica sobre essa posição ideológica. No ato de retirada da faixa do prédio da UFPR, um dos bolsonaristas, vestido de verde e amarelo, no calor do acontecimento, olhando direto para uma câmara (uma segunda pessoa o estava gravando), como se estivesse se dirigindo a um grande público, aos gritos e com movimentos com as mãos, faz a seguinte assertiva:

SD5 – Olha aqui, oh, vamos retirar essa faixa porque prédio público não pode ser utilizado de forma ideológica. É Brasil. Dinheiro público é com responsabilidade. Nós tamos aqui buscando um Brasil melhor. Não vamos permitir mais isso. (Diário do Centro do Mundo, em 26 de maio de 2019)<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Essa forma de denominação de sujeitos como “bolsonaristas” caracteriza a relação da língua na história para produzir sentidos. Ou seja, trata-se da língua em sua relação político-simbólica com a história e os sujeitos que votaram em Jair Bolsonaro e/ou que possuem identificação com este governo. Tanto é assim que a palavra “defesa” ganha outro sentido em acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam. No caso, defende-se o governo, e não a educação.

<sup>14</sup> Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-bolsonaristas-retiram-faixa-em-defesa-da-educacao-em-predio-da-ufpr/> Acesso em 10/08/2019

Analisando essa materialidade discursiva, tomando a relação da língua com a história, podemos visualizar que há marcas do autoritarismo, do nacionalismo exacerbado (simbolizado pela camisa amarela da seleção brasileira) e a perseguição à ideologia contra-hegemônica, numa espécie de volta da caça às bruxas. Tal funcionamento mascara o próprio mecanismo da ideologia, como podemos constatar no trecho da SD5: “prédio público não pode ser utilizado de forma ideológica”. Como se a ideologia não atravessasse todas as instituições, nem constituísse todos os sujeitos. E como se o seu próprio ato (violento) não fosse um ato ideológico. Trata-se de um discurso alinhado à posição-sujeito do governo Bolsonaro, excludente e antidemocrático, e mais ainda, à forma-sujeito que os interpela.

Segundo Orlandi (2001, p. 22):

O sujeito é interpretação. Fazendo significar, ele significa. É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito da literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade.

Portanto, ao produzir sentidos, o sujeito se deixa ver no discurso; ele significa o mundo e se significa ao mesmo tempo, revelando, desse modo, sua posição ideológica. Ou ainda, como diz Pêcheux (2014, p. 160), “o sentido não existe em si mesmo, pois é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são (re)produzidas”. Assim, a rede de sentidos produzidos contra a esquerda, em geral, tem seu funcionamento atrelado à defesa do grande capital e a uma posição discursiva contra o socialismo e o comunismo (imaginário)<sup>15</sup>. Assim, o sistema capitalista é interpretado como o único modo de produção viável, o “único” capaz de assegurar “liberdade” e “bem-estar” à humanidade – “É Brasil (...) Nós tamos aqui buscando um Brasil melhor”, destaca outra passagem da SD5. Dessa forma, os dizeres fazem significar um “Brasil” da direita ultraconservadora e silenciam as contradições do sistema hegemônico, que, por conta da lógica do capital, produz muita riqueza concentrada nas mãos de poucos e muita miséria para a classe trabalhadora.

Contudo, embora a ideologia dominante tenha o poder de inculcar na massa a aceitação de suas práticas excludentes, há, na própria sociedade de classes, espaços de resistências que na cadeia significativa possibilitam ao sujeito posicionar-se de forma não esperada e produzir resistência, pois “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura”, explica Pêcheux (1990, p. 17). Nessa linha de raciocínio, podemos ainda citar Orlandi, que diz: “a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares” (ORLANDI, 2001, p. 103).

<sup>15</sup> Para maiores reflexões sobre o “comunismo imaginário”, ver o importante trabalho de Mariani (1998). Nele, a autora analisa o discurso jornalístico sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mostra como foi atribuído aos comunistas o lugar de inimigo da sociedade brasileira, pois se cristalizaram nessa discursividade sentidos negativos de “maus brasileiros”, ou mesmo, de “não brasileiros”.

Designaremos como resistência o acontecimento de 30 de maio de 2019, pois no segundo dia de protestos contra os cortes de verbas da educação, estudantes e professores voltaram ao prédio histórico da UFPR para repor a faixa. Era outra faixa, dessa vez maior, e que preservava as mesmas cores e os mesmos dizeres da anterior. Em contagem regressiva, uma multidão assistiu, sob a chuva, à cerimônia de sua reinauguração.

SD 6 – *Sob chuva, ato “reinaugura” faixa no prédio histórico da UFPR*  
(Folha de Londrina, 30 de maio de 2019)

**Foto: Franklin de Freitas/Estadão conteúdo**



Fonte: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/sob-chuva-ato-reinaugura-faixa-no-predio-historico-da-ufpr-2941849e.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

O ato de reinaugar a faixa, a nosso ver, prática de resistência, representa a atualização de uma posição-sujeito que resiste à violência da lógica do capital que transforma tudo em mercadoria, inclusive a educação. A faixa reposicionada se confronta novamente com a rede de sentidos do autoritarismo, que se dá, não por acaso, quando o modo de produção hegemônico enfrenta obstáculos. Recorrendo a Courtine (2009, p. 104), cabe afirmar que “toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – faz circular – formulações anteriores, já enunciadas”. Por isso, cabe ressaltar que, no momento, o Brasil ensaia uma volta ao passado, similar ao contexto anterior às ditaduras de 1930 e 1964, em forma de pré-construídos materializados em críticas às ciências, sobretudo às ciências humanas<sup>16</sup>, trazendo em seu lugar uma série de falácias, ressignificadas em tempos de *fake news*, que buscam pôr em descrédito saberes comprovados cientificamente, e em discursos eivados de ameaças aos direitos humanos.

<sup>16</sup> Em sua conta no *Twitter*, em 26 de abril de 2019, o presidente Bolsonaro declarou: “O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”. Tais declarações também provocaram indignação, e diversas universidades e associações científicas lançaram notas de crítica à “ignorância” do presidente e de seu ministro.

É preciso destacar também que nos atos de derrubada e de re colocação da faixa, um mesmo símbolo se faz presente, a cor amarela, que remete ao nacionalismo brasileiro, materializado na segunda e na terceira imagens vistas acima, pela camisa da seleção e pela bandeira do Brasil, respectivamente. No entanto, numa demonstração do caráter polissêmico da linguagem, ambas as posições fazem circular diferentes sentidos. De um lado, temos o patriotismo, cujos apoiadores se identificam com o governo Bolsonaro, e que carregam a bandeira brasileira em nome de “mudanças” sociais de cunho conservador; em contrapartida, constatamos o outro lado da moeda, representada pelos sujeitos que se contraidentificam, isto é, estão na Formação Discursiva de sujeitos que não compactuam com as decisões do governo, contra a conjuntura de desmontes das diversas esferas institucionais e dos direitos sociais e humanos. Ao defender a educação, o segundo grupo clama não só pelo desbloqueio de verbas e pela continuidade das pesquisas, mas por uma concepção de educação construída sob uma base democrática, em oposição à elitização do saber.

Enquanto alternativa, o discurso de defesa dos que se contrapõem ao atual estado das coisas remete os dizeres à proteção das conquistas na educação pública. A prática simbólica é a de um escudo humano que levanta a bandeira da resistência, a fim de impedir o avanço da ofensiva das políticas governamentais. A prática é reproduzida na materialidade abaixo, datada da manifestação de 15 de maio. Trata-se de uma bandeira que não aceita posturas retrógradas e preconceituosas. No mesmo cenário do ato de re colocação da faixa, os guarda-chuvas atuam como espécie de bloqueio (escudos) e resistência contra os duros ataques à educação.

**Foto: Everson Bressan/Futura Press/Estadão Conteúdo**



Fonte: [http://picdeer.com/media/2045503861149690118\\_205949558](http://picdeer.com/media/2045503861149690118_205949558). Acesso em: 19 set. 2019.

Tendo como fundo o prédio histórico da UFPR, com sua imponente arquitetura, os acontecimentos citados acima constroem as suas narratividades de produção de sentidos em relações de forças, em relações de sentidos e em formações imaginárias. A cor preta da faixa, símbolo do luto, e os guarda-chuvas, que escrevem o enunciado “A universidade resiste”, destacam-se do fundo branco do edifício da universidade e funcionam como sinal de alerta.

Em 30 de maio de 2019, outra “cena”, também no âmbito educacional, pegou os brasileiros de “surpresa”, algo também da ordem do “inacreditável”, quando o Ministro



da Educação, Abraham Weintraub, usou sua conta pessoal do *Twitter* para postar um vídeo em que, numa atitude provocadora, aparece parodiando uma cena do filme “Cantando na chuva”<sup>17</sup>. Assim, com um guarda-chuva em mãos, no que parecia ser um gabinete, decorado com uma bandeira do Brasil ao fundo, verbaliza: “Está chovendo *fake news*”, e destaca que “novamente um veículo de comunicação das pessoas que estão de mal com a vida tenta macular a imagem do MEC” com notícias falsas. E segue a “dança” em sua “astuta” desenvoltura política...

#### Foto: vídeo no YouTube



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=uJaSXvir-kA>. Acesso em: 19 ago. 2019

Podemos dizer que entre sentidos produzidos, os eventos de maio de 2019 nos põem cara a cara com os efeitos da ideologia (conhecimento e desconhecimento), nos põem também diante do inusitado ou mesmo do “ridículo” e “inacreditável”, mas também nos expõem à violência simbólica e concreta, e, sobretudo, com o funcionamento do cinismo, do sarcasmo, da piada, ou mesmo do “mico” nas posições ideológicas em jogo nessa conjuntura histórica.

Após a circulação desse vídeo, vários dizeres e contradiscursos foram produzidos e circularam no meio social, a exemplo da charge abaixo. Nela, podemos retomar as falhas nos rituais ideológicos e compreender, na formulação do discurso, sua espessura histórica, que quebra a transparência da linguagem (sob o efeito da ideologia) do que seja “corte/contingenciamento”. Além disso, produz resistência, desloca a maneira de ler, pois reformula o discurso, dá a ver outras discursividades possíveis, sentidos outros. Pelo humor, traz os vestígios das sérias consequências do ataque do governo às Universidades e à educação em geral, como interrupção dos serviços essenciais das Universidades e Institutos Federais, e com consequências drásticas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, como cortes de transportes, diárias, passagens, energia elétrica, água, serviços de limpeza e conservação, material de consumo, assistência estudantil e manutenção de projetos de pesquisa e ações de extensão importantes para toda a sociedade.

<sup>17</sup> Fonte: dirigido por Stanley Donen e Gene Kelly, o filme “Cantando na chuva” é um clássico de 1952.



Foto: Fanpage Jota Camelo Charges



Fonte: <https://www.facebook.com/jotacamelocharges/> Acessado em: 19/09/2019

Como vimos, diferentes linguagens significam diferentemente e podem produzir os mesmos e outros sentidos, sejam de opressão, sejam de resistência. Em nossa análise, ora presenciamos pessoas, aparentemente instruídas, retirando, de maneira raivosa, uma faixa em defesa da educação da fachada de uma universidade; ora “assistimos” a um Ministro da Educação provocar a massa, levando a discussão sobre a educação a um nível mais rasteiro da política.

Ao final deste texto, chegamos à conclusão de que precisamos estar alertas a essas discursividades de ataques à educação, visto que, se não as analisarmos de modo rigoroso, corremos o risco de nos distrair no efeito fenomênico do “inacreditável” que elas produzem, perdendo a totalidade da questão, pois, enquanto isso, outros ataques com “reformas” seguem sua “dança” no Congresso Nacional, retirando os direitos da classe trabalhadora, para a satisfação do grande capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tantos entraves, é preciso manter acesa a resistência e jamais se conformar com tamanha balbúrdia política constatada nos últimos acontecimentos históricos do país. Podemos afirmar que vivemos conflitos em que as disputas ideológicas antagônicas se encontram em confronto na arena discursiva dominada por hostilidades e direcionamentos políticos e econômicos que pode nos encaminhar cada vez mais para a barbárie. Diante disso, é necessário continuar com nossas análises rigorosas, mirando essas discursividades impiedosas, já que

[...] nossa leitura e nossa escrita analítica são sempre um gesto político que desafia o contexto histórico, pois nos deparamos com a opressão, a violência, a repressão, a desilusão e o conformismo, mas também com a indignação, o inconformismo, a esperança, a resistência-revolta e a luta pela emancipação humana. A cada análise temos o compromisso de elucidar o processo discursivo em seu movimento dialético no processo histórico que está, em última

instância, inscrito nos antagonismos inconciliáveis das classes sociais do modo de produção capitalista. E é assim que buscamos compreender/intervir nas práticas históricas de nosso tempo. Desse modo, podemos dizer que fazer AD é para nós uma perspectiva de trabalho de resistência-revolta e luta contra a opressão do capital. (SILVA SOBRINHO, 2014, p. 41).

Portanto, o que nos instiga enquanto analistas do discurso é o enfrentamento e a superação dos desafios que se apresentam neste cenário desolador, através da nossa maior arma: o trabalho incessante em desvelar discursos em sua concretude histórica.

## REFERÊNCIAS

- BEMVINDO, Vítor. Por que Bolsonaro odeia professores? In: *Jornal Brasil de Fato*, 26 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/26/artigo-or-por-que-bolsonaro-odeia-professores/>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro. *Qualidade e cidadania nas reformas da educação Brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió: Edufal, 2007.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos (SP): EduFSCar, 2009.
- DCM. Diário do centro do mundo. *Bolsonaristas retiram faixa em defesa da educação em prédio da UFPR*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WbD-qGNg3gU>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- FOLHA DE LONDRINA. *Sob chuva, ato "reinaugura" faixa no prédio histórico da UFPR*. 30 maio 2019. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/sob-chuva-ato-reinaugura-faixa-no-predio-historico-da-ufpr-2941849e.html> Acesso em: 12 ago. 2019.
- GÓIS, Fábio. *Ministério da Educação prepara ação para barrar curso sobre "golpe de 2016" anunciado pela UnB*. Congresso em foco, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/ministerio-da-educacao-prepara-acao-para-barrar-curso-sobre-golpe-de-2016-anunciado-pela-unb/>. Acesso em: 12 set. 2019.
- KRAWCZYK, N.; LOMBARDI, J. C. (Org.) *O golpe de 2016 e a educação no Brasil*. 1. ed. Uberlândia (MG): Navegando, 2018.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1992-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2002.
- ORLANDI, Eni. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e texto*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2001.
- ORSO, Paulino José. A educação em tempos de golpe, ou como avançar andando para trás. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 50-71, abr. 2017.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas (SP): Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cadernos de estudos linguísticos*, n. 19. Campinas (SP): Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas (SP): Unicamp, 2014.
- SILVA SOBRINHO, Helson. O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético. In: *Revista Conexão Letras*, v. 9, n. 12, 2014.

SILVA SOBRINHO, Helson. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. In: BALDINI, Lauro; BARBOSA FILHO, Fábio. *Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades*. vol. 2. Campinas (SP): Pontes, 2018a.

SILVA SOBRINHO, Helson. Resistências ao golpe de 2016: universidade, ciência, política e ideologia. In: SOUSA, Lucília *et al.* (Orgs.). *Resistirmos, a que será que se destina?* São Carlos (SP): Pedro & João editores, 2018b.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.